

A CRÍTICA DIANTE DO TRABALHO IMATERIAL DA MULTIDÃO

Luciano Barbosa Justino (UEPB/UFF)¹

RESUMO: *Meu objetivo neste artigo é fazer um duplo movimento: demonstrar como a perspectiva da multidão é fundamental para se compreender o que considero um dos fundamentos da literatura brasileira contemporânea, o encontro com a alteridade; analisar como uma tal literatura exige de nós novos métodos de pesquisa e de abordagem das obras literárias. Para tanto, pretendo problematizar os pressupostos identitários da crítica literária como princípio heurístico de entrada e de saída das obras e, a partir do conceito de trabalho imaterial, mostrar como na literatura brasileira contemporânea o encontro com a alteridade implica levar em conta a inescapável produtividade dos personagens secundários, que fazem do trabalho imaterial com a linguagem se modo de resistência e potência de singularização.*

PALAVRAS-CHAVE: *Multidão. Crítica. Trabalho imaterial.*

ABSTRACT: *My objective, in this paper, is to make a double move: to show how the multitude's perspective is fundamental in order to understand what I consider to be one of the basis of Brazilian Contemporary Literature, the meet up with the otherness; to analyze how such Literature require from us new methods for researching and approaching the literary pieces. To do so, I intend to render problematic on the literary critique's identity presumptions as my heuristic principle to enter and exit the pieces, and from the concept of immaterial work, to show how the meet up with the otherness, in the contemporary literature, implies to consider the unavoidable productivity of secondary characters, those that make the immaterial work with the language into ways of resistance and singularization potential.*

KEYWORDS: *Multitude. Critique. Immaterial Work.*

O conceito de literatura de multidão, que criei e explorei em meu livro *Literatura de multidão e intermedialidade: ensaios sobre ler e escrever o presente* (2015), tem como principal foco de interesse dar conta de uma hipótese que se tornou bastante clara para mim ao longo de 6 anos de pesquisas sobre a literatura brasileira contemporânea²: houve um crescimento exponencial da literatura brasileira contemporânea que não foi acompanhado de um crescimento análogo nos métodos críticos de abordagem das obras. Tal constatação me levou a pensar na urgência de se compreender as razões deste

¹ Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco, docente do Programa de Pós-graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba e pós-doutorando do Programa de Pós-graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal Fluminense, sob a supervisão de José Luiz Jobim. Email: lucianobjustino@hotmail.com.

² Ambos no quadro de Bolsas de Produtividade em Pesquisa do CNPq, a saber: “A literatura marginal e os novos estatutos da literatura no Brasil contemporâneo” e “Literatura de multidão, potência dos pobres e produção do comum”.

“descompasso” entre uma produção literária de muitas tendências e de muitas demandas, não necessariamente estéticas, que problematiza os estatutos de produção, recepção e circulação das obras ditas literárias, e os métodos de pensar a literatura, que continuam relativamente os mesmos de há 150 anos.

No conceito de literatura de multidão pressuponho um outro modo de ler os textos, compreendendo-os para além da chave identitária e representacional, por um lado, e estética por outro, na medida em que tomo por base o que considero os dois vetores centrais de uma tal literatura: o trabalho imaterial e a oralização da literatura.

Sobre a oralização da literatura publiquei na *Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* o artigo “A potência oralizante da multidão”³. Meu objetivo aqui é explorar o primeiro vetor, o do trabalho imaterial.

A experiência literária da multidão

Por que multidão? Embora o pensamento ocidental possua uma longa tradição discursiva que difere massa e povo, há uma unicidade entre eles inconfessavelmente incômoda. Ambos, massa e povo, pressupõem unidade, estabilidade, identidade. O povo, na etnicidade e na nação; a massa na indistinção manipulável dos conglomerados de mídia, sem voz nem rosto. Elas têm em comum o narcisismo de tudo que é unificante e substancial, pacificado numa rotulação que não deixa brecha pra nenhum ponto de fuga.

A multidão, ao contrário, é irrepresentável. Ela não pressupõe nenhuma comunidade perdida ou umbilicalmente unida, que a chave mestra do popular viria territorializar; também não se presta às grandes panorâmicas culturais que pensam a massa sob o manto homogeneizador da “sociedade do espetáculo” ou da “indústria cultural”.

A multidão difere da massa e do povo porque houve uma mudança significativa nas relações entre trabalho material e imaterial nas urbanas sociedades contemporâneas, nas quais a narrativa desempenha um papel privilegiado (ao contrário do que diz o *vulgo academicus* sobre sua crise). Uma tal mudança tem para mim consequência decisivas nos métodos de abordagem da literatura contemporânea, como tentarei demonstrar.

Nem massa nem povo podem definir os muitos movimentos e os movimentos dos muitos na literatura brasileira contemporânea, tampouco o “sistema literário” e sua correlata associação com a “cultura erudita” o podem fazê-lo. O esmaecimento destas fronteiras, para falar com Fredric Jameson (1996), senão sua completa não pertinência ao contemporâneo, demanda novos aportes.

³ A potência oralizante da multidão: por que os estudos culturais ajudam a compreender a experiência dos muitos na literatura contemporânea, *Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. (UNB) N. 44, p. 145-164, 2014.

A massa submerge todas as diferenças, ela é cinzenta e se move em uníssono (HARDT; NEGRI, 2005), não tem singularidade e no limite é improdutiva. O povo é essencialista, unidade inventada na origem do Estado-Nação, é etnolinguístico, etnocêntrico e monossemiótico. Nem um nem outro dá conta da pluralidade de formas de vida e demandas de diversas ordens, por direito à diferença e à singularidade, por educação e letramento, demandas econômicas, políticas, profissionais, subjetivas, ambientais, de gênero e de etnia, sob o contemporâneo.

Contudo, a multidão não pode ser entendida como um fim, o resultado lógico da expansão do capitalismo tardio e de suas contradições, conforme nos mostrou a crítica de Beatriz Sarlo (2002). Ela é uma premissa, um ponto de partida, não de chegada, a partir de onde podemos dar conta das operações, pensá-las em seu construtivismo ininterrupto num espaço que é necessariamente o da multiplicidade, cuja moeda corrente é a luta por uma nova produção de subjetividade, individual e coletiva, tendo por base a riqueza cooperante que tem seu fundamento na produção de linguagem, substrato comum do trabalho imaterial.

Franco Moretti, tratando da produção de subjetividade no romance moderno, particularmente em Balzac, afirma que “para viver numa cidade populosa é preciso aprender a escapar a milhares de pequenas colisões físicas e sociais” (2007, p. 148). Moretti infere que o personagem balzaquiano, e por extensão o personagem da literatura moderna, se define não só pela violação do que é comum aos demais personagens quanto por sua recusa em se subsumir aos encontros fortuitos que a cidade lhes apresenta continuamente.

Steven Johnson (2009) demonstrou como o processo de constituição do romance moderno que vai de Dickens a Woolf pressupõe um paulatino processo de esvaziamento significativo do encontro com a multidão para o adensamento na interiorização dos personagens: “Na Londres de Virginia Woolf, a vida privada continua a ser uma questão pessoal mesmo se entremostrando no espaço público: apenas a voz narrativa une as personagens” (JOHNSON, 2009, p. 884).

Penso que o processo semiótico identificado por Moretti e Johnson se não define toda a literatura da modernidade e após, estou certo que define o modo como “aprendemos” a lê-la. A recusa da significância do encontro com a multidão funciona como um filtro que potencializa a construção da identidade. A multidão e seu primado epistemológico do encontro e da abertura à alteridade, a partir daí, terá sempre um viés negativo a ponto de se poder aventar a hipótese de que a literatura e a arte desde então se define exatamente por sua diferença em relação a ela.

A literatura, sob este aspecto, aprofunda e semiotiza com a potência que lhe é própria um debate travado há mais tempo na ciência política e que se expande para diversos outros domínios a partir da segunda metade do século XIX.

Exceto pela solidão do pensamento de Espinoza (Cf. VIRNO, 2013), a multidão tornou-se sinônimo de desumanização e de retraimento do sujeito individual. Gabriel Tarde, um dos pioneiros a aprofundar o assunto, na virada do século XIX pro século XX, associa a multidão à grosseria e à animalidade, em tudo oposta ao “público”, mais espiritualmente elevado: “a formação de um público supõe uma evolução mental e social bem mais avançada do que a formação de uma multidão” (TARDE, 1992, p. 33).

Freud considera o “sentimento da multidão” contrário à natureza do indivíduo: “na multidão, todo sentimento é contagioso, e isso em grau tão elevado que o indivíduo muito facilmente sacrifica seu interesse pessoal ao interesse coletivo. Essa é uma aptidão contrária à sua natureza” (FREUD, 2013, p. 45).

Para Ortega y Gasset, as multidões “não devem nem podem dirigir a sua própria existência, e menos reger a sociedade, quer dizer que a Europa sofre agora a mais grave crise que cabe aos povos, nações, culturas, padecer” (ORTEGA Y GASSET, 2012, 39).

Mesmo um pensador que muito contribuiu para complexificar as abordagens sobre o tema, Elias Canetti, afirmou: “cada um dos membros de uma tal massa abriga em si um pequeno traidor” (CANETTI, 2005, p. 22).

Teríamos que esperar por Walter Benjamin (1989) e Siegfried Kracauer (2009) para termos uma avaliação não-dogmática da multidão. Mas mesmo assim o debate em torno dela sempre sofreu de um incômodo lugar comum, o da desumanização e da vulgaridade, aos qual todo sujeito digno deste nome e de uma suposta autonomia identitária deveria se opor.

Portanto, não é de estranhar que toda a crítica literária acabe por transformar em critério de valoração das obras a maior densidade psicológica dos personagens e a semiotização de uma oposição à multidão que será decisiva para a literatura moderna e após.

Ora, 2 coisas depreendo daí como fundamentais para se pensar a literatura brasileira contemporânea: “Escapar a milhares de pequenas colisões físicas e sociais” não é mais possível, se é que um dia o foi, a literatura brasileira contemporânea o demonstra à mancha. Antes, são nessas pequenas “colisões cotidianas”, nem tão pequenas, onde vivem a riqueza e a produtividade da literatura contemporânea, de modo a demonstrar que nenhuma identidade se basta a si e só num contexto de alteridades muitas é possível uma produção de subjetividade não apriorística e não estandardizada.

Por isso que o conceito de literatura de multidão recusa-se a pensar a literatura sem levar em conta a produtividade, no mais das vezes invisibilizada, dos personagens secundários, para mim aqueles que definem a grandeza das obras, que lhes dão densidade literária, poética, política, humana.

A outra consequência da leitura de Moretti e Johnson: nossa crítica não desenvolveu métodos de análise das obras capazes de dar conta desta multiplicidade, do encontro

inevitável com a diferença e a alteridade, em uma palavra, com a multidão como necessariamente produtiva e capaz de produção de sentido.

Sob este aspecto, o instigante *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado* de Regina Dalcastagne (2012), livro fundamental pelo “recenseamento” que faz da literatura brasileira contemporânea, prática inexistente entre nós, e que conclui ser o campo literário brasileiro um espaço homogêneo, onde imperam autores brancos, machos e com estreitos enlaces de classe, convida e até exige desdobramentos, pesquisas futuras. Em parte porque é preciso não negligenciar o nexo entre certos produtos literários e grupos editoriais de larga circulação, objetos da pesquisa da autora, mas em parte sobretudo porque os modos de abordagem das obras precisam evitar a armadilha dos movimentos de sentido destas mesmas obras, referendando, mesmo quando os critica, o protagonismo de seus protagonistas, sem arrombar as obras para dizer aquilo que silenciam, mas que pulsam por sob o véu de suas representações dominantes.

Em outras palavras, há uma rica produção, para além das grandes editoras, que não reafirmam nossa tradição patriarcal; também, essas mesmas obras precisam ser lidas em outras chaves a partir de novos métodos capazes de inseri-las na multiplicidade da qual partem e com a qual necessariamente dialogam, mesmo que aparentemente sob a forma do monólogo. É preciso não só afirmar sua relação espúria com a tradição identitária excludente, mas talvez ainda mais, mostrar-lhes os foras, seus movimentos de sentido inconfessáveis, suas deambulações chistosas. Com isso quero dizer que a crítica literária brasileira é tão refém de tais modelos de representação quanto as obras por ela descritas.

Literatura de multidão é uma literatura que só pode ser compreendida num contexto de contaminação ininterrupta entre o texto e os seus foras, pois o primado epistemológico da multidão implica a consciência de nunca se estar só. Pensar a literatura sob a luz do conceito de multidão se deve à percepção, a meu ver inescapável, de que a literatura brasileira contemporânea encena, com base numa diversidade de enfoques e de práticas discursivas dificilmente redutíveis a um viés único e unificador, relações sociais que se vivem sempre em face dos muitos, sempre compreendendo que nas sociedades ditas contemporâneas todo ato se insere numa rede de múltiplos agenciamentos, sociais, afetivos, econômicos, de lugar e memória, de etnia e classe, de gênero e geração, mesmo que uma dada obra os invisibilize, seja pelo viés de um excesso de psicologização do personagem, seja pela pesquisa estética no plano da linguagem.

Se algo pode definir a literatura brasileira contemporânea é sua abertura contra toda forma de identidade apriorística e contra todo fechamento num território, num sistema, num sujeito, num “campo”. Literatura de multidão é a literatura contemporânea semiotizando a experiência do presente como necessariamente intercultural, intersemiótico, interdisciplinar.

A literatura como trabalho imaterial dos muitos: e a crítica?

O que foi que houve?, perguntaria o Gonzaga de Sá de Lima Barreto, “mas qual?”

Há uma mudança significativa nas sociedades contemporâneas, apontada por muitos pesquisadores, e que tem uma relação direta com um novo estatuto do trabalho e da produção do saber. Este novo estatuto do trabalho e da produção, numa economia do saber, que se tem definido sob o nome de “capitalismo cognitivo”, tem como cerne a indissociabilidade entre produção de riqueza e produção de linguagem. O capitalismo cognitivo aciona a cada vez aquilo que Antonio Negri e Michael Hardt (2002) chamaram de produtos intangíveis: a comunicação, a criatividade, os afetos.

Se as sociedades modernas consistiam na separação entre saber cotidiano e trabalho técnico, hoje tal distinção não é mais pertinente (GORZ, 2003). Mesmo o trabalho na fábrica mudou para incorporar os fluxos das redes informacionais e o extenso setor de serviços, responsável por 60 por cento dos investimentos produtivos globais. Tais sociedades ou tal capitalismo não sobrevivem sem o *marketing*, a intermediação financeira, o entretenimento e os serviços pessoais (SANTOS, 2013).

É o trabalho imaterial que ativa e organiza a relação produção/consumo. A ativação, seja da cooperação produtiva, seja da relação social com o consumidor, é materializada dentro e através do processo comunicativo. É o trabalho imaterial que inova continuamente as formas e as condições da comunicação (e, portanto, do trabalho e do consumo). Dá forma e materializa as necessidades, o imaginário e os gostos do consumidor. E estes produtos devem, por sua vez, ser potentes produtores de necessidades, do imaginário, de gostos. A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial (pois o seu valor de uso consiste essencialmente no seu conteúdo informativo e cultural) está no fato de que a ela não se destrói no ato do consumo, mas alarga, transforma, cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Ela não reproduz a capacidade física da força de trabalho, mas transforma o seu utilizador (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 45).

Ao afirmar que o trabalho imaterial “não se destrói no ato do consumo, mas alarga, transforma, cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor”, Lazzarato e Negri de certo modo estão definindo a literatura ou chamando atenção para uma “potência ontológica” do literário. O que é novo para a produção capitalista contemporânea, é válido para o que podemos chamar de uma ontologia da literatura, para a potência da literatura enquanto gênero do discurso da modernidade e após, na medida em que ela nunca se esgotou/esgota na relação simples entre o produto e o consumo. Seu estatuto consiste num excedente que começa, ou recomeça, no ato de leitura.

Mas o que isso tem a dizer a literatura? Ora, minha premissa é de que tal mudança coloca a literatura no cerne da produção da riqueza contemporânea. Não temo em dizer que é na literatura onde tal produção assume sua criticidade.

Neste sentido e à revelia da crítica, a literatura acompanha mudanças significativas tanto no capitalismo contemporâneo quanto nas sociedades que o engendra. Essa mudança diz respeito a uma nova estratégia produtiva, de bens e serviços, de linguagem e subjetividade.

Ao colocar a linguagem como motor da economia, o capitalismo cognitivo tem na literatura um dos lugares aporísticos de semiotização desta produção imaterial em seu labor cotidiano. Em nenhum outro lugar da produção discursiva, com exagero mesmo, senão na literatura, a indissociabilidade entre saber cotidiano e trabalho imaterial pode ser melhor vista, estudada, avaliada. Sob este aspecto, não temo em dizer que a literatura produz uma “ciência” não positivista do cotidiano nas sociedades do pós.

Iuri Lotman pensava a língua como um sistema modelizante primário, devido ao fato de ela ser um sistema semiótico, senão o único, capaz de comentar e dissertar sobre todos os outros. Pode ser dito hoje que é a literatura, em vista mesmo de sua relação com a língua e de sua peculiar semiotização da experiência cotidiana, um sistema modelizante primário para se pensar o capitalismo cognitivo e o trabalho imaterial, problematizando não só os muitos agenciamentos do capitalismo quanto a própria literatura como lugar politicamente estratégico para problematizar a produção de subjetividade na contemporaneidade, que, nas palavras de Félix Guattari, “permanece hoje massivamente controlada por dispositivos de poder e de saber que colocam as inovações técnicas, científicas e artísticas a serviço das mais retrógradas figuras da socialidade” (GUATTARI, 1996, p. 190). Assim, a literatura pode ser a “força de autoafecção, autoafirmação e autoposicionamento [que] duplica as relações de poder e saber, desafiando o poder e os saberes em curso” (LAZZARATO, 2014, p.21).

Se a industrialização separava não só o trabalho técnico do trabalho cotidiano, mas também impunha, a partir daí, uma distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, entre trabalho material e trabalho imaterial, podemos inferir que a literatura moderna e modernista e a crítica que lhe é coetânea caminharam lado a lado com tais pressupostos.

Isto está implicado na importância atribuída aos papéis do narrador e do personagem principal e sua clara diferença em relação aos chamados personagens secundários. Digo: a própria existência do personagem secundário está associada ao pressuposto de que ele não produz trabalho de valor, serve apenas de cenário, de pano de fundo, de mola, para os virtuosos e as virtudes do narrador e de seu protagonista. Desnecessário dizer que no alto modernismo, na nossa Clarice Lispector, por exemplo, exacerba-se a tal ponto tal distinção que a literatura evolui para um tratamento exclusivo do protagonista, de onde tudo flui e para onde tudo reflui. *Água viva* é o momento máximo de tal amadurecimento.

Ao contrário, para o crítico literário que atua em face de uma multiplicidade de estratos de várias ordens e valores, todos produzem, pois todos possuem um potência linguageira de produção de subjetividade, a literatura é tagarela por excelência, mesmo em seus muitos silêncios. Nela proliferam produções de bens, de valores e de saberes, de afetos, às dezenas, às centenas. Os protagonistas estão sempre em face de muitos, com os quais precisam “cooperar” na medida em estes produzem a partir de um tipo de trabalho que não pode ser subsumido ao trabalho material, ao trabalho braçal, ao trabalho muscular.

Para continuar com o exemplo limite de Clarice Lispector, é a demissão da “empregada”, com seu quarto estranhamente limpo e ensolarado, que desencadeia o conflito existencial e de auto-conhecimento da protagonista. É ela, a “empregada”, que não aparece mais que nas páginas iniciais e que não pronuncia uma única palavra, fonte de uma potente riqueza de ressignificação do mundo, de outros mundos do mundo, base da produção da singularidade de G. H.

Para o pensamento crítico convencional ainda muito vivo, ao longo da história da literatura moderna os personagens secundários, no mais das vezes sujeitos identificados com grupos sociais minoritários, negros, pobres, imigrantes, serviçais etc., sempre foram pensados do ponto de vista de seu trabalho material, muscular, que dava um suporte, sempre um suporte de pouco valor ou reconhecimento, ao lastro mais profundo, mais psicologicamente complexo, dos narradores e dos protagonistas. Raros são os personagens secundários tratados como produtos de riqueza imaterial, como portadores de saber, comunicativo e afetivo. Quase sempre são tábula rasa, fundamentais para fazer sobressair a densidade do narrador e do protagonista. Sob este aspecto, a crítica sempre tratou tais grupos com a mesma régua com que os grupos dominantes tratam/trataram a “ralé”, nas palavras de Jessé de Souza:

Ela só pode ser empregada enquanto mero “corpo”, ou seja, como mero dispêndio de energia muscular. É desse modo que essa classe é explorada pelas classes média e alta: como “corpo” vendido a baixo preço, seja no trabalho das empregadas domésticas, seja como dispêndio de energia muscular no trabalho masculino desqualificado, seja ainda na realização literal da metáfora do “corpo” à venda, como na prostituição. Os privilégios da classe média e alta advindos da exploração do trabalho desvalorizado dessa classe são insofismáveis (SOUZA, 2011, p. 24).

Em resumo, personagem secundário, subalternização, trabalho material, instrumentalização e superficialidade psicológica formam uma cadeia recorrente ao longo da literatura moderna e modernista e, por extensão, mantida intacta pela crítica contemporânea e seus métodos protagonísticos.

A literatura brasileira contemporânea, contudo, avançou bastante na problematização desta relação e mesmo quando não o faz, cabe ao pesquisador fazê-lo, lendo a obra à revelia de seu movimento dominante de sentido, o que implica tanto uma abordagem da obra fora de sua “ideologia da forma”, quando um outro olhar sobre a literatura do passado.

Ao colocar a linguagem como cerne da produção, o capitalismo cognitivo aciona uma potência inerente ao humano e torna não pertinente qualquer pressuposto que ainda pense numa distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Se a produção de linguagem é o cerne, todo trabalho é produtivo. Ou melhor, todo humano é potencialmente um produtor de riqueza. Sob este aspecto, mesmo o Batherly do conto de Melville, tão caro a Gilles Deleuze, e que preferia não fazer nada, é produtivo.

Isso posto, afirma-se: ao tratar dos muitos, a literatura moderna sempre os associou ao trabalho material, muscular. Só aos protagonistas foi, no mais das vezes, dado o direito à produção de riqueza imaterial, invisibilizando todo o saber potente dos “pobres”; e a crítica caiu, e se mantém caída, em tal armadilha ao referendar ou partir dos movimentos de sentido sugeridos pelas próprias obras.

À crítica, embora há muito se esteja problematizando e até se recusando visões fechados do “campo literário”, falta métodos de abordagem capazes de dar o xeque mate numa tal ruptura, pois as “leis da leitura” continuam as mesmas. Se as autonomias do campo já foram suficientemente denunciadas, as leis que o regiam continuam subreptícias nos movimentos da crítica. Em outras palavras, a violência intrínseca da autonomia continua, na prática, se re-inscrevendo.

A literatura de multidão se propõe modificar tais leis de leitura, radicalizando a pós-autonomia, tornando indecível o limite entre textualidade e realidade, entre crítica e metacrítica, não só porque “fabrica o presente com a realidade cotidiana e essa é uma das suas políticas” (LUDMER, 2007, p. 7), mas também porque toma como princípio uma ininterrupta problematização de seus próprios, da leitura, movimentos de produção de sentido, fazendo de sua relação com a obra, com o texto, uma relação sempre paradoxal, impertinente, malgrada, não-pressuposta.

Na medida em que a literatura nunca esteve tão viva, e tão em boas mãos, a dos muitos, estes se vingam disseminando, borrando, reescrevendo, tornando cada vez mais públicos os procedimentos do literário, dialogando com a propaganda, a tv e a música popular de massa, o cine, os quadrinhos, num ambiente que não pode ser definido a priori senão pelo primado epistemológico do encontro e dos contágios.

Em outras palavras: a perda da autonomia e da literariedade do literário é um signo de sua potência, agora enquanto força centrífuga da multidão. A perda da autonomia é parte de processos de singularização, de autonomias provisórias outras e estratégias pontuais e específicas, étnicas, de classe, de região, de geração, de gênero..., que

deambulam e constroem a escrita da escritura desde dentro. Talvez seja por isso que Beatriz Resende (2008) afirmou que o viés político tende a atravessar todas as atividades na América Latina de hoje.

Nas palavras de Susana Scramin, a literatura contemporânea só pode ser pensada como “aquela que assume o risco inclusive de deixar de ser literatura, ou ainda, de fazer com que a literatura se coloque num lugar outro, num lugar de passagem entre os discursos” (2007, p. 12). A literatura de multidão, e sua pós-autonomia, “abre-se ao terreno da criação, da significação do mundo”, para além da literariedade, sem deixar de tê-la, sempre, como horizonte próximo e instigante.

Toda obra e sua correlata abordagem crítica tem que agora, como nunca antes, estar inserida na vida das culturas e na cultura das vidas. É daqui que retiro as maiores consequências que este novo paradigma da produção tem para a literatura brasileira contemporânea a partir da produtividade do trabalho imaterial dos muitos.

Sob este aspecto, toda crítica tem que pressupor uma atividade metacrítica. As obras não devem mais responder as velhas perguntas que a crítica as impunha; ao contrário, as velhas perguntas devem ser elas mesmas objeto de problematização. Não devemos abandoná-las, mas torná-las parte do problema.

É preciso, pois, pensar numa outra abordagem das obras que sai da armadilha tautológica de reafirmar, sempre, os movimentos de sentido dominantes nelas, como “forma de mau truísmo ou de evidência tola” (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 39), “que recusa a temporalidade do objeto, o trabalho do tempo ou da metamorfose no objeto, o trabalho da memória – ou da obsessão - no olhar”.

A literatura como trabalho imaterial dos muitos: a primeirização dos segundos

O que estou chamando de literatura de multidão, portanto, pressupõe o primado epistemológico da relação sobre a identidade e a representação, que atribuem a nós um sexo, um corpo, uma profissão, uma nacionalidade fora das quais não podemos ser “representados”.

Ao questionar a inerente relação entre literatura e identidade ao longo do modernismo e após, identidade que implicava/implica tanto a centralidade do sujeito como o objeto da representação quanto um movimento de leitura crítica que reitera tal centralidade nos modos de abordagem das obras, a literatura de multidão pressupõe novos aparatos críticos-conceituais bem como novos aportes heurístico-metodológicos para apreender o que excede a identidade e a representação, a saber: o novo estatuto do personagem secundário, que não se conforma, a não ser se a análise for cega, à estigmatização, sendo, portanto portador de uma potência constituinte que nenhuma representação ou identidade pode conter, rasura de toda identidade apriorística centrada

em si mesma, seja do protagonista seja do narrador, ao encenar, mesmo que a obra silencie, a riqueza de sua produção imaterial, comunicacional, afetiva, vocalizante.

Assim, é preciso, em face da literatura brasileira contemporânea, compreender as personagens e os espaços pelos quais trafegam e negociam suas formas de vida e produção de subjetividade, sobretudo na cidade densamente povoada dos pós do pós, não como “individualidades identitárias”, mas pelo que produzem na relação que estabelecem entre si e com tantas outras produtividades, não só as mídias de massa e seus sistemas de produção semiótica, mas as redes de solidariedade e de exclusão, os vários modos e estratos de vivência cotidiana e de lazer em suas várias conexões, de ordem material, simbólica, social, afetiva, técnica e tecnológica, entre sujeitos, coletividades, linguagens, máquinas: multidão.

Há que se levar em conta dois outros aspectos fundamentais que fazem da literatura um gênero do discurso privilegiado para se pensar o contemporâneo: sua relação com a língua e a escrita, sistemas modelizantes primários, e ter sido ao longo da modernidade o lugar por excelência de semiotização do cotidiano.

Como dito anteriormente, a língua natural é um sistema modelizante primário porque a partir dela é possível compreender outros sistemas de uma maneira que nenhuma outra linguagem seria capaz de fazê-lo (LOTMAN, 2003), pois só a língua é capaz de dissertar e comentar, em uma palavra, só a língua é propriamente metacrítica ao ser metalinguística de uma maneira que a pintura, a música, o cinema, a escultura, não podem ser. Mas a literatura não possui com a língua uma relação vicária. Ao contrário, ela é o lugar de sua problematização. Tomando as palavras de Roland Barthes noutro contexto, a relação da literatura com a língua é “escandalosa”, ela tem por finalidade “deslocar a fala” (BARTHES, 2006, p. 45).

De certo modo, a atividade literária consiste numa ruptura com os processos de construção da subjetividade baseados numa “identidade de mercado” dominante no capitalismo cognitivo, ela constitui processos de produção de subjetividade funcionando na experiência cotidiana que escapa da distribuição dos lugares e dos papéis sociais engendrados por este mesmo capitalismo. Isso se dá porque texto literário contém uma ambivalência que toda crítica deveria ter em mente: ela é parte de um dispositivo da cultura que reitera papéis sociais standardizados, mas ao fazê-lo na experiência cotidiana ela os semiotiza para além de uma relação estreita entre signo e objeto, sujeito e predicado, ela joga no limiar entre significação e assignificância, entre o enunciado estável da língua, que tende a ajustar tudo ao “sujeito individual” e a uma distribuição ordenada de papéis, por um lado, e a voz e o gesto pelo outro, que operam uma singularização da língua, “sentem[m] e vibra[m] dentro de uma ‘atmosfera simpática’, de ‘cumplicidade’, ‘confronto’ ou ‘desconforto’ *vis-a-vis* do destinatário” (LAZZARATO, 2014, p. 158).

Como em nenhum lugar com a mesma profundidade, a literatura nos mantém alerta para o fato de que se o capitalismo tornou-se cognitivo, a linguagem foi nos expropriada e com ela a vida tornou-se mercadoria. Portanto, ela passa a ter como papel político fundamental a desconfiança da própria linguagem e de suas conexões com a produção de subjetividade dominante e mercadológica, a sujeição e a servidão: “a servidão é o modo de controle e regulação (‘governo’) de uma máquina social ou técnica, como uma fábrica, uma empresa ou um sistema de comunicações. A sujeição produz e sujeita indivíduos” (LAZZARATO, 2014, p. 28).

Portanto, se o capitalismo cognitivo ou pós-taylorista dão uma pertinência contemporânea à literatura e a seus modos de constituição de sentido e produção de subjetividade, ela há de ser o lugar onde uma tal produtividade engendra seu contrário, seu contradiscurso, sua dispersão, sua multiplicidade.

A singularização da língua pressupõe uma crítica ininterrupta da identidade e da identificação pois é nelas que se paralisa a dispersão e se constitui o estigma, lugar onde o capitalismo cognitivo submete a vida ao biopoder e tolhe toda criatividade, toda produção nova de subjetividade (PELBART, 2011).

Quando falo da problematização da linguagem como potência da literatura não estou recusando uma identidade para erigir como utopia uma outra. É a pertinência da identidade e de seu sujeito correspondente como núcleo gerador de sentido que deve ser objeto de constante rasura. A distinção que Antonio Negri faz entre individualidade e singularidade nos ajuda a pensar o par indivíduo/identidade como problema que o trabalho imaterial próprio da literatura produz. Para ele, a individualidade pauta-se numa “relação substancial”, transcendente, com alma e consistência:

O conceito de indivíduo é de fato um conceito que é colocado a partir da transcendência em que a relação não é algo entre eu, tu e ele, mas uma relação do indivíduo com uma realidade transcendente, absoluta, o que dá a essa *persona* a consistência de uma identidade irreduzível (NEGRI, 2005, p.3).

Isso posto, penso que *Marco zero I, a revolução melancólica* (1974) e *Marco Zero II, chão* (1991) de Oswald de Andrade, tão esquecidos e negligenciados, são dois romances paradigmáticos, proféticos, romances que colocam problemas irresolvíveis para a crítica porque engendram singularidades nunca identidades e tornam não pertinentes os métodos convencionais de análise. Antes, os personagens assumem vários nomes e identidades ao longo da narrativa, ora são descritos pelo trabalho que realizam, ora pela origem geográfica, por vezes pela relação afetiva com seu interlocutor. Trata-se de narrativas onde se fala muitas línguas cujas origens remetem a um Brasil que excede a identidade-nação e o seu correlato monolinguismo.

Neles, a potência desta multidão proliferante de segundos embota qualquer certeza sobre protagonismos, protagonistas, indivíduos, sujeitos. Os contatos estão em toda parte, mas são sempre históricos e fazem *linkagens* de toda espécie, territoriais, étnica, de gênero e sexualidade, nacionalidade, construindo negociações complexas que não são, contudo, de todo “móveis” ou aleatoriamente removíveis, diga-se.

As restrições de Antonio Candido aos romances, já em 1954, dão uma pista da dificuldade que *Marco zero* representava/representa pros pressupostos da crítica. Candido chama atenção, negativamente, para o “bombardeio de pequenas cenas”, concluindo que “este processo de composição em retalhos só serve para a visão horizontal da vida” (1995, p. 56) e “os personagens em grande número e de vária espécie, se ressentem da limitação que a técnica impôs à psicologia” (1995, p. 59).

Mas é exatamente o que Candido restringe que nos interessa aqui: a horizontalidade e a recusa do psicologismo, fator determinante da identidade e do protagonismo. Por isso que mesmo tendo sido escrito nos finais dos anos 30 e início dos 40, os 2 romances de Oswald são vetores da literatura de multidão contemporânea e pairam como metáforas radicais da diferença e da alteridade, grandes propulsores do melhor que há na literatura brasileira contemporânea.

Ao recusar o movimento centrípeto das individualidades protagonísticas, *Marco zero* são narrativas de muitas singularidades, que se definem pelos movimentos para fora do eu, para um viver com os outros necessariamente além de toda substancialidade e de todo substancialismo, pois a singularização como processo pressupõe uma multidão interativa, que define um novo sujeito a partir de: 1. Um novo tipo de conhecimento e processo de trabalho; 2. Uma nova temporalidade; 3. Uma nova espacialidade de inter-relações contínuas.

Se há um protagonista em *A revolução melancólica* ou em *Chão é a multidão* e sua enorme produtividade tagarela, seu inescapável trabalho imaterial. Neles, o sujeito é sempre resultado nunca origem, dos encontros e da produção languageira.

2 cenas:

Um garoto amarelo explicou:

- Japonese non cai porque trazi lanchi

Eufrásia falava à D. Anastácia:

- Essa crianças fazem três quilômetros a pé, sem comer nada! Corta o coração!

A professora deu a Idalício um pedaço de queijo de seu farnel. No recreio, dois meninos atiraram-se sobre ele. Pôs tudo na boca, antes que os outros tomassem. Encheram-no de sapapos (ANDRADE, 1995, p. 41).

E

A Miguelona debaixo das saias era uma menina.

- Vamo se acasá no padre?

- Te dô pancada, véia foguetera!
- Ocê trabaia e eu vô passeá.
- Enternecia-se.
- Diga, ocê acasa?
- Só se ocê mandar embora a Lamparina.
- Te dô uma mordida! (ANDRADE, 1995, p. 207).

É na perspectiva aberta por *Marco Zero* que penso importantes narrativas contemporâneas que tornam inescapável a produtividade dos muitos. No Rio de Janeiro dos anos 20 e 50, em *Rio negro, 50* (2015) e *Desde que o samba é samba* (2012) os movimentos dos muitos e sua produtividade são engendrados por Nei Lopes e Paulo Lins, numa perspectiva marcadamente negra. Se em Oswald os muitos são agricultores, portugueses, italianos, uma “velha” gay, um japonês, a alta burguesia paulista em ininterrupta simultaneidade, ser negro não se confina a um estrato, a uma relação simples com o trabalho manual e com a etnia. Neles a negritude é múltipla e ser negro não é representável em nenhuma identidade apriorística.

Em *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves (2013), os escravos da “nação malê” engendram a ruptura com a servidão sobretudo por serem produtores de trabalho imaterial, a despeito de nunca deixarem de ser escravos, trabalhadores braçais:

Serviam de professores para os filhos dos colonos, estabeleciam as contas dos senhores, escreviam as cartas das iaiás, intelectualmente estavam bem acima da parca instrução dos lusos condes e barões assinalados e analfabetos ou da malta de bandidos degredados à longínqua colônia (GONÇALVES, 2006, p. 16).

Não é o ser escravo que os define, mas a reciprocidade e a cooperação engendradas por um produto cujo resultado é intangível, um saber que precisam muitas vezes esconder para não serem punidos por seus senhores.

O problema da crítica e de seus métodos reside exatamente aí, em negligenciar esses movimentos para fora do texto, para fora de uma relação estreita entre significante e significado, entre sujeito e objeto, que acaba tendo por consequência a objetualização destes sujeitos como sujeitos do estigma, que aparece quase sempre ao reduzi-los a seu trabalho material, muscular, escravo, invisibilizando-os, no mais das vezes, para observar apenas os movimentos de sentido dos protagonistas e de seus protagonismos.

Só numa perspectiva de multidão é que estas produções de subjetividade, em suas muitas frentes, podem ser compreendidas a contento.

Em um sentido mais geral, a multidão desafia qualquer representação por se tratar de uma multiplicidade incomensurável. O povo é sempre representado como unidade, *a multidão não é representável*, ela apresenta sua face monstruosa *vis a vis* os racionalismos teleológicos e transcendentais da modernidade. Ao contrário do conceito de povo, o

conceito de multidão é de uma multiplicidade singular, um universal concreto. O povo constitui um corpo social, a multidão não, porque a multidão é a carne da vida. Se por um lado opusemos multidão a povo, devemos também contrastá-la com as massas e a plebe. Massa e plebe são palavras que têm sido usadas para nomear uma força social irracional e passiva, violenta e perigosa, que justamente por isso é facilmente manipulável. Ao contrário, a multidão constitui um ator social ativo, uma multiplicidade que age (HARDT; NEGRI, 2005, p.18).

A multidão contemporânea não está composta nem de “cidadãos” nem de “produtores”; ocupa uma região intermediária entre “individual” e “coletivo”; e por isso já não é válida, de modo algum, a distinção entre “público” e “privado”. É por causa da dissolução destas duplas, dadas por óbvias durante muito tempo, que já não é possível falar mais de um *povo* convergente na unidade estatal. Para não proclamar estribilhos de tipo pós-moderno (“a multiplicidade é boa, a unidade é a desgraça a evitar”), é preciso reconhecer que a multidão não se contrapõe ao *uno*, mas que o re-determina. Também os muitos necessitam de uma forma de unidade, um *Uno*: mas, ali está o ponto, essa unidade já não é o Estado, senão que a linguagem, o intelecto, as faculdades comuns do gênero humano. O *uno* não é mais uma *promessa*, mas uma *premissa* (VIRNO, 2013, p.8).

Antonio Negri (2005, p.23) pensa o que chama de “potência ontológica da multidão” em 3 frentes: 1.No trabalho, sobretudo imaterial, porque o saber é sempre um “excedente” aos valores de mercado do trabalho material, e hoje define a força-trabalho na pós-modernidade; 2.Na experiência do comum, que tem na linguagem e nas interações sociodiscursivas seu *locus*; 3.Na pós-modernidade como experiência global que, se mundializa a produção capitalística, também potencializa sua resistência planetária.

A multidão não é pertinente na crítica literária que tem a narrativa brasileira contemporânea como objeto porque a multidão só faz sentido na medida em que compreendemos que produção e produtividade, trabalho e riqueza, memória e saber, linguagem e silêncio são inerentes a todos, é uma potência comum do humano. É preciso ir buscar esta potência ali mesmo onde um texto pode silenciá-la, negá-la, menti-la. Precisamos reaprender a procurar outras coisas nos livros. Fazê-los dizer o que eles não andam dizendo ou, o que é até mais importante, fazer ver neles aquilo que não queremos ouvir.

Na literatura de multidão, na medida que a densidade demográfica dos espaços onde as cenas são encenadas abriga os narradores e seus protagonistas em inevitáveis relações de alteridade, e elas são de toda ordem, há bem mais que a violência operando, há relações de tantos tipos, vividas por nordestinos, donas de casa, prostitutas, operários, comerciantes, estudantes, desempregados, alcoólatras, esportistas, imigrantes e, inclusive mas não só, traficantes e assassinos.

Nos romances *O primeiro brasileiro* (1995) de Gilberto Vilar e *Os rios turvos* (1993) de Luzilá Gonçalves Ferreira, por exemplo, não obstante terem como *locus* o mesmo espaço geográfico, a Recife do século XVII, e orbitarem em torno das relações de Bento Teixeira e de sua esposa Felipa, a diferença de abordagem e de tratamento demonstra que este irrepresentável da multidão de que estou tratando pode ser vislumbrado até sob a máscara do mais comum do realismo e da temática da violência como chave interpretativa.

Senão vejamos:

Foi no dia 22 de outubro do ano da Graça de 1595 que Bento Teixeira foi mandado para Lisboa. Presos com ele, seguiam outros acusados do Santo Ofício, entre eles um flamengo, um inglês, um mercador e um ourives, todos suspeitos de judaizantes. A viagem foi longa e penosa, os acusados instalados, todos, num cubículo do fundo do navio, de onde saíam às vezes, nos fins de tarde, quando lhes era permitido. Então Bento se quedava no convés, a medir com os passos o casco do navio, a tentar fazer provisões de vento e ar puro aos pulmões cansados. Ou se sentava sobre as cordas, sobre as pesadas correntes amontoadas, e olhava o mar, o céu, as ondas, que o levavam de volta ao local de onde saíra ainda menino. O pequeno judeu voltava à pátria de origem, e não como o teria desejado dona Leonor, tantas vezes saudosa, gemendo por suas vinhas, suas olivas, as cabras que havia deixado na aldeia natal. Voltava, mas para ser julgado como herege e homem indesejável, um daqueles tantos que cometiam abominações contra a fé cristã e a Santa Madre Igreja, um homem em cujas veias corria o sangue daqueles que haviam morto o Cristo. E quando se recolhia ao compartimento exíguo que repartia com os outros presos, redigia ainda um outro documento em sua defesa, enquanto olhava pela pequena escotilha, qual Jonas a caminho de Nínive, o grande mar. E enquanto via se agitarem as vagas e imaginava as multidões de peixes estranhos e monstros que se amontoavam debaixo daquelas águas infindas, narrava novamente sua vida, com grandes citações eruditas e textos latinos a lhe entremear o discurso (FERREIRA, 1993, p. 185).

E

No dia 22 de outubro do ano da graça de 1595, Bento Teixeira foi embarcado para Lisboa. Heitor Furtado queria se ver livre dele, o mais rápido possível. O primeiro navio que partia era uma urca, navio de carga de fabricação holandesa, dois mastros, cavernas chatas, largo nos flancos, arredondado para trás, bojudo, de pouca velocidade. Não era embarcação para gente que não fosse marinheiro. Era um navio tão lento e tão bojudo, que os pernambucanos costumavam apelidar de urcas as mulheres excessivamente gordas e preguiçosas. João Batista, provando mais uma vez que era "un hermano de mis entrarias", escreveu Bento, enfrentou todos os perigos e veio lhe dar adeus, entregou-lhe algum dinheiro e lhe deu estes conselhos: que não delatasse jamais os seus amigos, mesmo sob tortura, nem os vivos nem os mortos; que fosse sábio como Salomão; e que mesmo que viesse a passar pelos piores sofrimentos, guardasse "*humildad, fuerza, saber, paciencia e promptitud de voluntad*". Bento escreveu um diário de viagem, em que cita os nomes de oito outros deportados que seguiam

com ele para a Corte, deixando claro que a quantidade deles era bem maior (VILAR, 1995, p. 171).

Se o fato histórico bruto é o mesmo, tamanha é a diferença de tratamento, de modo a nos lembrar, com Walter Benjamin, de que o passado não pode ser conhecido, muito menos vivido, tal qual foi.

Em Luzilar Ferreira, o intelectual judeu migrante, no primeiro fragmento, tem a identidade ao mesmo tempo afirmada, reiterada no estigma, “em cujas veias corria o sangue daqueles que haviam morto o Cristo”, e ao mesmo tempo negada, não é o menino que dona Leonor sonhava de volta, mas um herege. O ritmo pausado e afetivo, em cujo tom o narrador distorce a fronteira entre narração e narrado, ascende o silêncio e a memória.

Em Gilberto Vilar, a narrativa seca e direta dá especial atenção às tecnologias navais da época. Trata-se de uma perspectiva horizontalizante, na qual mais do que a produção afetiva e emocional, sobressaem as relações com o ambiente e com os amigos. Em ambos, contudo, o trabalho intelectual, imaterial em toda amplitude, é indisfarçável, levando-nos a reconhecer nelas, tomando-se as palavras de Giuseppe Cocco noutro contexto, “o terreno da multiplicidade como um terreno produtivo, que integra sem mediações os processos de subjetivações e de mobilização produtiva” (COCCO, 2007, p.2).

Em síntese, sair dos sujeitos e de sua representação dominantes e compreender os processos que atravessam estes sujeitos e os produzem, no mesmo ato em que são produzidos por eles. Buscar a “a vida em toda a sua diversidade, em toda a sua inesgotável riqueza de variações”, para lembrar novamente de Walter Benjamin.

A produtividade dos muitos, seu irreduzível e inesgotável trabalho imaterial, exige do crítico a observação de fatos difusos, uma realidade cuja complexidade jamais pode ser reduzida ao ponto de vista do um, seja o narrador, o protagonista ou o autor, posto como foco ou núcleo pregnante da narrativa. A crítica será, doravante, tanto mais pertinente quanto se propor pontos de fuga e deambulações aos movimentos de sentido dominantes nas obras.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Oswald. *A revolução melancólica*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1974.

ANDRADE, Oswald. *Chão*. São Paulo: Globo, 1991.

BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. Lisboa: Edições 70, 2006.

- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CANDIDO, Antonio. Estouro e libertação. In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002, 436 p.
- COCCO, Giuseppe. *MundoBraz: o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DALCASTAGNE, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. São Paulo: Horizonte, 2012.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- FERREIRA, Luzilá Gonçalves. *Os rios turvos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- GLISSANT, Edouard (2005). O caos-mundo: por uma estética da relação. In: *Introdução a uma poética da diversidade*. Tradução Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora: EDUFJF.
- GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 9. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- GORZ, André. *O imaterial: conhecimento, valor, capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo*. São Paulo: Ática, 1996, p. 316.
- JOHNSON, Steven. Complexidade urbano e enredo romanesco. In.: MORETTI, Franco. *A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- JUSTINO, Luciano Barbosa. *Literatura de multidão e intermedialidade: ensaios sobre ler e escrever o presente*. Campina Grande: UDUEPB, 2015, 312 p.
- Disponível em versão digitalizada em: <http://books.scielo.org/id/x6bh8KRACAUER>, Siegfried. *O ornamento da massa*. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- LAZZARATO, Maurizio. *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo: SESC, 2014.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LINS, Paulo. *Desde que o samba é samba*. São Paulo: Planeta, 2012.
- LOPES, Nei. *Rio negro, 50*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- LOTMAN, Iuri. Teses para uma análise semiótica da cultura. In: MACHADO, Irene. *Escola de semiótica: a experiência de Tartu-Moscou para o estudo da cultura*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- LUDMER, Josefina (2007). *Literaturas pós-autônomas*. Revista de crítica literaria y de cultura, 17, disponível em: <http://culturaebarbarie.org/sopro/n20.pdf>
- MORETTI, Franco (2007). *Signos e estilos da modernidade: ensaios sobre a sociologia das formas literárias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- NEGRI, Antonio (2010). Para um definição ontológica da multidão. In: DIAS, Bruno Peixe; NEVES, José (Orgs.). *A política dos muitos: povo, classes e multidão*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2010.
- ORTEGA Y GASSET. *A rebelião das massas*. Lisboa: Relógio d'Água, 2012.
- PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2011.
- REZENDE, Beatriz (2008). A literatura brasileira na era da multiplicidade. In: *Contemporâneos: expressões da literatura brasileira no século XXI*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Biblioteca Nacional.
- SARLO, Beatriz. Épica de la multitud o de consolación por la filosofía. *Punto de vista*, 73, Buenos Aires, ago. 2002.
- SCRAMIN, Susana (2007). *Literatura do presente: história e anacronismo dos textos*. Chapecó: Argos.
- TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- VILLAR, Gilberto. *O primeiro brasileiro*. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- VIRNO, Paulo. *Gramática da multidão: para uma análise das formas de vida contemporâneas*. São Paulo: Annablume, 2013.